

# MAIORIDADE DEMOCRÁTICA

A intervenção do Presidente da República (com meros tópicos escritos de suporte) foi calorosamente acolhida e aplaudida por todos os congressistas e convidados presentes. Partilhando as palavras proferidas inicialmente pelo Bastonário, considerou da maior importância que os Advogados se expressem “com plena liberdade e com sinceridade” pois assim se poderá alcançar um contributo inestimável para o Direito e para a Justiça nesta entrada de todos nós em plena maioria democrática.

Mário Soares

Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhores Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e do Tribunal Administrativo, Senhor Representante do Tribunal de Contas, Senhor Ministro da República, Senhor Ministro da Justiça, Senhor Procurador-Geral da República, Senhores Presidentes da Assembleia Regional e do Governo Regional da Madeira, Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara do Funchal. Meus caros Colegas, Senhoras e Senhores:

Como sabem, os Advogados têm o direito de falar sentados. Por isso, peço vênias aos Colegas para poder falar sentado, visto ser-me difícil estar, ao mesmo tempo, com o microfone na mão e com estas notas que tenho.

Começo por agradecer ao Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados, aos Conselhos Superiores da Ordem e à Presidência do Congresso a honra que me deram, convidando-me para estar nesta Sessão Inaugural.

Como todos sabem, sinto-me afectivamente muito ligado à Ordem dos Advogados. Talvez, no fundo de mim próprio, ainda me sinta um pouco Advogado. Por isso, é, para mim, uma grande honra, poder estar aqui convosco, nesta Sessão Inaugural do IV Congresso da Ordem dos Advogados.

Saúdo todos os Senhores Congressistas, e desejo-lhes bom trabalho. Partilho inteiramente daquilo que disse o vosso Bastonário: que é importante que se expressem com plena liberdade e com sinceridade. Estou seguro de que assim será e de que as intervenções que forem feitas no Congres-

so, bem como o debate de importantes problemas representam um contributo inestimável para o Direito e para a Justiça.

De entre os Senhores Congressistas, permitam-me que saude em especial o Senhor Bastonário da Ordem que, com tanta dignidade e com tanta devoção pelo Direito e pela Justiça, vos tem representado a todos.

Tenho acompanhado, a par e passo, os trabalhos e as intervenções do Senhor Bastonário à frente da Ordem, como, aliás sucedeu com os Bastonários que o antecederam, que saúdo com igual respeito. Posso, portanto, dizer que o Dr. Castro Caldas tem presidido aos destinos da nossa Ordem com um devotamento excepcional e com uma grande independência e autoridade natural.

Saúdo também os representantes das Ordens dos países lusófonos aqui presentes. É sempre importante que representantes dos nossos países irmãos, irmãos na língua e irmãos no afecto, estejam presentes. Mas é particularmente importante que estejam presentes onde se discutem problemas do Direito e da Justiça. A harmonização dos nossos Direitos e das nossas Justiças, é um factor importantíssimo para a criação daquela Comunidade dos povos de Língua Portuguesa, que todos queremos construir.

Evoco, neste momento, o I Congresso dos Advogados que se realizou em circunstâncias tão difíceis, ainda nos tempos da Ditadura, em 1973, sendo, nessa altura, Bastonário uma das figuras mais prestigiosas da nossa advocacia, o Dr. Ângelo de Almeida Ribeiro, grande jurista.

Nessa altura, como sabem, eu encontrava-me no exílio. Mas segui como pude aquilo que se passou nessa reunião. Foi uma realização importantíssima na luta pela democracia em Portugal. Segui, em especial, a acção dos advogados Abran-

ches Ferrão, Francisco Sá Carneiro, Salgado Zenha, Jorge Sampaio, entre tantos outros, que hoje aqui evoco e que tiveram então um papel extremamente importante quando formularam uma das conclusões do Congresso que era quase trivial e evidente, mas que foi preciso imensa coragem para a proclamar – que Portugal, nessa época, não era um Estado de Direito. Foi o I Congresso dos Advogados que o proclamou, com todas as implicações que isso teve. Aliás a acção da Ordem dos Advogados e do velho Bastonário Pedro Pitta, durante os anos finais da Ditadura, quando tantos advogados estavam presos, exilados, ou deportados, foi sempre de extrema coragem na defesa dos valores da Liberdade e do Direito. E, a esse respeito, é preciso aquilo que é motivo de orgulho da nossa classe: é que, mesmo aqueles advogados que tinham posições políticas mais próximas do regime de então, desempenhando até cargos oficiais, como advogados respeitaram sempre a Justiça e o Direito, defendendo os seus Colegas que, por lutarem pela Liberdade, foram encarcerados e perseguidos.

Foi por essa acção dos advogados e da Ordem, que eu, como Presidente da República, lhe concedi, já há anos, a Ordem da Liberdade. Hoje, felizmente, e ainda que possa haver juízos mais ou menos pessimistas acerca da nossa vida colectiva, vivemos incontestavelmente em Democracia e num Estado de Direito. É bom que se acentue esse facto, porque isso faz uma grande diferença em relação ao passado, o que não significa, obviamente, que o nosso Estado de Direito seja perfeito ou que a nossa Democracia não precise de ser aperfeiçoada e aprofundada, através de uma maior consciência de cidadania e da participação cívica de todos.

É claro que sim. Como todos sabem, a Democracia é uma obra sempre inacabada

e o Estado de Direito, como a Justiça, são ideais que se buscam mediante sucessivas e gradativas aproximações. É essa tensão de busca, essa procura de melhores soluções em liberdade que leva ao aprofundamento das instituições democráticas e é por isso que a crítica em Democracia é tão importante e deve ser estimulada.

Durante os meus dois mandatos, tenho-me esforçado sempre por prestigiar as pessoas e as instituições que têm a ver com o Direito. Antes de mais nada, os magistrados e os Tribunais, mas também os advogados. Tenho-me empenhado em desenvolver os ideais de Justiça e também em apelar permanentemente à Sociedade Civil e à própria responsabilidade dos cidadãos para que eles sejam verdadeiros fautores do progresso social e das liberdades.

Hoje, como dizia, vivemos num Estado de Direito. Depois de duas revisões, temos uma Constituição como nossa Lei fundamental que, nas suas grandes linhas, é amplamente consensual e representa uma base óptima, excelente para o aprofundamento da Democracia e das instituições. Estão consagrados, nessa Constituição todos os Direitos e as várias gerações dos diferentes direitos. Precisamos apenas de os saber exercitar.

Tem-se dito, e do meu ponto de vista é verdade, que a nossa Constituição é uma Constituição avançada. Temos os direitos consagrados, temos o ideal de Justiça, mas, como disse há pouco o Senhor Bastonário, com a sua palavra experiente e autorizada, entre nós a Justiça está ainda longe de ser o que todos desejaríamos que fosse, isto é, está longe de ser completamente justa, atempada, eficiente e humanizada.

Devemos considerar, em primeiro lugar, a temática das instituições judiciais e das garantias dos cidadãos, das reformas do Processo Civil e do Processo Penal, ou seja, como podemos adequar as normas processuais da melhor maneira, tendo sempre presente as garantias dos Cidadãos e o problema tão actual da prova e dos meios de a obter, tanto em processo civil como em processo penal.

A segunda grande ordem de temas, que vão ser aqui abordados, refere-se à mediação da Justiça e ao exercício do Mandato Forense. Nos últimos tempos, vivemos alguns casos, que eu diria paradigmáticos, e que chocam obviamente a consciência jurídica de todos os presentes.

Refiro-me, por exemplo, à utilização da "Máquina da Verdade", a meu ver intolerável – refiro-me a esses pseudo-julgamentos televisivos que desprestigiam a Justiça e os Tribunais.

Menciono também os casos de pseudo-justiça popular em resultado da insatisfação e da indignação das populações, a que temos de prestar a maior atenção, para que não se repitam. Estes casos e outros mostram a actualidade desta temática que tem a ver com os meios de comunicação social e com as suas relações com os Magistrados, Judiciais e do Ministério Público e com os Advogados. Eu sou daqueles que sempre foram favoráveis à total liberdade de informação. Entendo também que, sem reconhecer o papel que cabe aos meios de comunicação social, não há uma Democracia que possa funcionar. Temos visto, aliás, como os meios de comunicação social têm chamado a atenção do público para tantas coisas que estão mal.

Quando aqueles que, por exercerem funções públicas – e eu como Presidente não me excludo – sejam membros do Governo ou da Assembleia da República são, por alguma maneira, criticados pelos meios de comunicação social, acho que a primeira reacção que devem ter é a de se interrogarem sobre a razão das críticas, porque as críticas ajudam imenso os Governos e os Órgãos Públicos.

Mas temos que perceber, também, que há exageros e que há hoje fenómenos que têm a ver com as guerras de audiências e com interesses nem sempre transparentes.

Assistimos hoje – e não é só em Portugal – a um certo desgosto das populações e dos cidadãos em geral em relação à função política, que é uma das mais nobres funções do homem, quando exercida desinteressadamente.

Temos que compreender porque é que isso acontece, analisando o que se passa na actividade política, no comportamento dos políticos, dos partidos, das instituições, para que a população em geral, e a juventude em particular, tenham tão pouca confiança na política e nos políticos. Isso é uma reflexão que importa fazer e, correlativamente a ela, uma outra sobre a situação criada por um certo protagonismo que os Juízes, e Magistrados do Ministério Público, certos Advogados, certos trabalhadores forenses, todos eles têm tentado adquirir através dos meios de comuni-

cação social, usando por vezes processos que nos parecem ilegítimos.

No fundo, é preciso, reflectir sobre as questões. É preciso promover um diálogo entre associações, como tem vindo a ser feito já entre Associações de Magistrados Judiciais e do Ministério Público com a Ordem dos Advogados, mas também com as Associações de Jornalistas. O que é já adquirido é que o modelo, que chegou a projectar-se e que hoje, felizmente, já está em recuo mesmo no país onde nasceu, a Itália, com a célebre operação "mãos limpas", o modelo de "República de Juízes", é completamente de rejeitar.

A terceira temática tem mais a ver com a profissão do advogado e com o acesso às carreiras forenses. Esta temática prende-se muito, com o problema do ensino do Direito nas nossas Universidades.

A maior parte daqueles que aqui estão, muitos deles já com muitos anos de profissão, não são ainda da época em que surgiram as Universidades privadas. Eu não tenho nada contra as boas Faculdades de Direito privadas, mas o que não posso aceitar é que se fabriquem, com a facilidade com que se parecem fabricar hoje, licenciados em Direito.

A Ordem dos Advogados tem que se defender disso e o Estado, naturalmente, também. Hoje já existem licenciados em Direito (e eu conheço pelo menos um caso) que são motoristas de táxi. Isso é inaceitável e se estamos a fabricar fornadas de licenciados em Direito, temos que saber qual o destino que eles vão ter. Porque se não reflectirmos sobre isso e se o Estado não assumir essa precaução é óbvio que vamos caminhar para uma explosão a que, aliás, nas suas palavras, o Senhor Bastonário também fez alusão. É preciso conjurar esse perigo. Há um problema de emprego para os jovens Licenciados, com o qual a Ordem nada ou pouco tem a ver.

Mas há outro problema, que é o da formação dos advogados. Esse é o problema central da Ordem dos Advogados: ser, além do mais, uma escola de formação de futuros advogados. E como pode ser uma escola de formação? Através de um grande cuidado na preparação dos candidatos a advogados.

Acredito que estes temas vão ser discutidos, desenvolvidos, tratados por todos vós e estou certo que do debate que aqui se fizer vão resultar conclusões que nós todos devemos e podemos meditar.

Os portugueses têm tendência, com razão ou sem ela, para ter uma opinião negativa da justiça que lhes é prestada. Isto é um facto, que tem a ver, talvez, com o papel do próprio Estado, com preconceitos e desconfianças que vêm de longe, nas relações entre o Estado e os cidadãos. Vivemos durante quase meio século em ditadura. Nessa altura o lema era “tudo pelo Estado, nada contra o Estado”, o lema de Mussolini, que Salazar de alguma maneira amenizou, traduzindo por “tudo pela nação, nada contra a Nação”. Mas na realidade, Estado e Nação eram uma e a mesma coisa nas concepções do Ditador. Nós sabemos que não é assim.

A vida política, nos anos que se seguiram ao 25 de Abril, foi também, como sabemos, fortemente estatizante, sobretudo no domínio da economia. Mas a verdade é que, através da Constituição, antes mesmo das revisões, foram garantidos os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos.

Após o colapso dos sistemas totalitários, assistimos, um pouco por toda a Europa, mas não só, a uma vaga de neo-liberalismo que hoje, penso, está em recuo. Com a ideia de que era preciso reduzir o Estado e endeusar o mercado, como se o mercado pudesse por si só assegurar a justiça social ou a liberdade. Começou-se então a proclamar um slogan que foi muito ouvido: “precisamos menos Estado para termos melhor Estado”. René Le Noir, diz, porém, que o Estado é essencial para garantir os Direitos dos cidadãos, porque sem Estado não se garantem os direitos nem há cidadania; mas o Estado deve ser descentralizado, através da partilha e divisão do poder político e de um sistema que institucionalize os equilíbrios entre os poderes e os contrapoderes que limitam os próprios poderes do Estado e garantem a respiração dos cidadãos e da sociedade civil.

Em Portugal, temos vindo a oscilar entre duas culturas: no passado, a cultura autoritária, tradicional, que às vezes tem afloramentos e, de certa maneira, aqui e ali parece ressurgir. Essa cultura politicamente autoritária é, por outro lado, uma cultura excessivamente liberalizante, no plano económico, que tende a endeusar o mercado, o indivíduo como mero agente económico, desconhecendo o cidadão e tornando-se-lhe indiferente. Eu penso, que vinte e um anos depois de nos termos

reencontrado com a democracia, entrámos em plena maioria democrática e precisamos de saber construir, a partir de agora, uma verdadeira cultura da cidadania que renove e prestigie o papel do Estado, que deve ser descentralizado, democratizado, se o Sr. Dr. Jardim quiser... regionalizado, mas regionalizado democraticamente, posto ao serviço dos cidadãos e da liberdade.

Uma cultura de aprofundamento democrático e dos Direitos do Homem, fundamenta uma perspectiva política ou, se quiserem, sociológica, que norteia a reflexão sobre o papel da Justiça, da administração da Justiça e da afirmação do Direito, funções que são das mais nobres, quando exercidas ao serviço das liberdades e dos direitos dos cidadãos.

A nossa Justiça é lenta, nem sempre é percebida pelos cidadãos como justa, já o dissemos e nem sempre é eficaz.

Num interessante estudo que o Senhor Ministro da Justiça já citou e que encomendou a uma equipa de sociólogos de Direito, encabeçada pelo Professor Boaventura Sousa Santos – “Os Tribunais na Sociedade Portuguesa” – fala-se da emergência de três novos tipos de crimes nas últimas décadas: na década de 60, os crimes de viação; na década de 70, os crimes de cheques sem provisão; na década de 80, os crimes relativos a droga, de violência e outros, resultantes da tóxico-dependência, que é hoje um dos flagelos que temos para resolver.

Sucede que, em regra, quem demanda a Justiça maioritariamente – isso resulta, claro, deste estudo –, não são os cidadãos, nem os indivíduos, mas sim as pessoas colectivas e, em especial, as Sociedades de Crédito, Bancos e Companhias de Seguros. E para quê? Quase sempre para cobrança de dívidas e cheques sem cobertura. É um facto que distorce o nosso sistema judiciário e a relação efectiva entre os cidadãos e a Justiça, porque a verdade é que os nossos Tribunais estão dominados, diria mesmo inundados, por litígios de baixa intensidade e que, como nota do Professor Boaventura Sousa Santos, isso reforça a vulnerabilidade, a rotinação, a trivialização (as palavras são dele), a burocratização e, em última instância, a irrelevância social da Justiça. É talvez, por isso, que os cidadãos têm esta percepção tão negativa acerca da Justiça.

E o relatório conclui que, no nosso

País, a igualdade perante a lei, coexiste com uma grande desigualdade perante os Tribunais. Esta é uma questão central do nosso sistema.

São, pois, as questões deste tipo que importa saber dar resposta. Naturalmente a responsabilidade é da Assembleia da República, por via legislativa, do Governo que, através do Ministério da Justiça, tutela a administração da Justiça mas também dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, dos advogados, dos trabalhadores forenses e bem assim, do público, da imprensa, das associações cívicas e profissionais, designadamente, de jornalistas.

O diálogo entre todos e a permanente audição destas diferentes categorias profissionais parece-me essencial para se chegar a uma indispensável concertação e harmonização de interesses e de pontos de vista.

A Justiça tem de saber comunicar com os cidadãos. Se assim não fôr, há fenómenos de rejeição da Lei e dos próprios Tribunais, que se vão agravar, o que implica também que a Justiça e o Estado têm que saber formar cidadãos, dar-lhes a consciência dos seus próprios direitos e o conhecimento de como podem processar a sua defesa.

Nas sociedades democráticas do Ocidente, que são sociedades abertas e mediáticas, ser advogado, para além de ser uma enorme honra – no meu tempo, Adelino Palma Carlos, saudoso Mestre de todos nós, dizia que ser advogado é tocar as estrelas – eu não diria tanto, mas ser advogado é uma enorme honra que implica também uma grande responsabilidade uma grande responsabilidade pessoal, social e profissional.

A Ordem dos Advogados, como se tem visto ao longo dos tempos, tem um papel relevantíssimo na consciencialização de regras deontológicas disciplinadoras da profissão dos advogados. É indispensável que exerça esse papel com imaginação, com autoridade, com sentido de inovação e de eficácia.

Espero que este IV Congresso, com o debate que vai proporcionar, dê uma grande contribuição neste sentido. Estes são os melhores votos que formulo – para bem da Justiça em liberdade e de Portugal – nesta tão bela ilha da Madeira, cujos órgãos de Governo próprio regionais igualmente saúdo. ■